

Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades

Metodologia

O **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR)** faz parte de uma série de relatórios produzidos pela Sustainable Development Solutions Network (SDSN) para acompanhar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos países membros da ONU, como o Brasil.

O índice tem como objetivo estabelecer os ODS como ferramenta útil e efetiva para a gestão pública e a ação política nos municípios brasileiros. O monitoramento de indicadores permite guiar as prioridades dos governos locais de acordo com os desafios identificados a partir da análise de dados.

O presente trabalho também tem o objetivo de comunicar e apresentar um conjunto de informações técnicas de maneira simples e compreensível, de modo que os gestores públicos possam se apropriar da metodologia utilizada para a criação do índice, bem como da concepção e aplicação desta ferramenta. Os resultados estão apresentados de maneira que se destaquem os maiores desafios enfrentados pelos municípios brasileiros, o que permite avaliar o desempenho de serviços e políticas públicas implementados pela gestão municipal – além de atribuir maior responsabilidade aos governos locais.

Esta ferramenta também procura consolidar o conjunto de dados e estatísticas relacionados aos ODS. A metodologia aponta os dados faltantes para incitar os órgãos técnicos e gestores públicos a preencher as lacunas e a produzir e integrar novas bases de dados.

Finalmente, outro princípio que motiva este projeto é a necessidade de adaptar o painel de monitoramento dos objetivos e metas estipulados pela ONU ao contexto local. Os ODS são um quadro global para transformar sociedades, mas os desafios diferem segundo a região. Ademais, a ação e a incidência política do poder público municipal são diferentes daquelas adotadas nos governos estaduais e federais. Para melhor atender o contexto local, o IDSC-BR utiliza um conjunto de indicadores especialmente adaptado para as prioridades das cidades brasileiras. Esta avaliação tem a vantagem de aproveitar dados locais, produzidos no país, que normalmente não podem ser utilizados em avaliações internacionais.

A metodologia desenvolvida pela SDSN é aplicada sistematicamente nos seus relatórios, inclusive neste trabalho. Depois de passar pela [revisão dos pares](#), também foi [auditada pelo corpo científico da Comissão Europeia](#), o Centro Comum de Pesquisa (JRC, na sigla em inglês).

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS CIDADES E DAS BASES DE DADOS

O IDSC-BR apresenta uma avaliação abrangente da distância para se atingir as metas dos objetivos ODS em 770 municípios, usando os dados mais atualizados (tipicamente entre 2010 e 2019) disponíveis em nível nacional. As cidades foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: capitais brasileiras, cidades com mais de 200 mil eleitores, cidades em regiões metropolitanas, cidades signatárias do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) na gestão 2017-2020 e cidades com a Lei do Plano de Metas, além de contemplar todos os

biomas brasileiros. Esta avaliação faz uso de 88 indicadores de fontes públicas e oficiais nacionais, com duas exceções (veja no item *Seleção de Indicadores*).

A pontuação do IDSC-BR é atribuída no intervalo entre 0 e 100 e pode ser interpretada como a porcentagem do desempenho ótimo. A diferença entre a pontuação obtida e 100 é, portanto, a distância em pontos percentuais que uma cidade precisa superar para atingir o desempenho ótimo. O mesmo conjunto de indicadores foi aplicado a todos os municípios para gerar pontuações e classificações comparáveis. Diferenças entre a posição de cidades na classificação final podem ocorrer por causa de pequenas distâncias na pontuação do IDSC (leia mais no item *Método para construir o IDSC*).

Os Painéis ODS fornecem uma representação visual do desempenho de cada cidade nos 17 ODS. O sistema de classificação por cores adotado (verde, amarelo, laranja e vermelho) indica em que medida um município está longe de atingir o objetivo. Quanto mais próximo do vermelho, mais distante de atingir o objetivo estará o município.

Limitações e lacunas de dados

Esta avaliação faz uso de 88 indicadores para acompanhar o desempenho municipal nos 17 ODS. Contudo, não foi possível cobrir todas as dimensões dos objetivos desejadas por causa da falta de dados nas fontes públicas oficiais. As principais lacunas de dados se encontram listadas na tabela abaixo. Será essencial que se invista mais nos sistemas de estatística administrativos para garantir a disponibilidade de dados-chave para monitorar os ODS. Outra limitação no índice é o ano de referência para alguns indicadores. Por falta de atualização, alguns dados apresentados são relativamente antigos. Isso realça a necessidade de investir em dados recentes e regularmente atualizados.

Tabela A: Lacunas de dados

ODS	Medida
2	Pesticidas perigosas
	Eficiência na utilização dos recursos (Nitrogênio, Água)
3	Acessibilidade de serviços de saúde
4	Desenvolvimento na primeira infância
6	Qualidade da água potável
7	Consumo de energia renovável
8	Proteção de direitos trabalhistas
9	Qualidade das infraestruturas
	Produção de investigação
	Empregados no setor de pesquisa
	Patentes e outras medidas de inovação
10	Desigualdade da riqueza
	Mobilidade social
11	Poluição atmosférica
12	Taxas de reciclagem

	Emissões de poluentes
13	Emissões de gases de efeito estufa
14	Sustentabilidade do setor da pesca
	Medidas da biodiversidade oceânica
15	Medidas da biodiversidade terrestre
16	Acesso à justiça
	Prevalência da corrupção
	População que se sente em segurança no seu bairro
17	Transparência financeira

SELEÇÃO DE INDICADORES

Quando possível, utilizam-se os dados oficiais, identificados pelo [Grupo Interinstitucional e de Especialistas sobre os Indicadores dos ODS \(IAEG-SDG\)](#). Os indicadores são provenientes de diversas fontes nacionais, como por exemplo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Dados não-oficiais foram utilizados em apenas duas situações: o indicador de emissões baseou-se no Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG Municípios); e o percentual desflorestado do município foi calculado com base nas informações disponíveis do MapBiomas, ambas iniciativas da organização não-governamental Observatório do Clima, em conjunto com uma rede colaborativa que envolve outras instituições.

Os seguintes critérios guiaram a seleção de indicadores.

- **Seleção limitada a cem indicadores:** Para medir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é preciso considerar um amplo conjunto de indicadores. Cada objetivo cobre várias dimensões, portanto um indicador por ODS não é suficiente para se fazer uma avaliação apropriada da situação da cidade naquele aspecto específico. Ao mesmo tempo, cobrir cada uma das 169 metas dos ODS exigiria muitos indicadores, o que poderia gerar variações excessivas e ruídos extrínsecos nos dados. Esse excesso de informação torna inviáveis as conclusões dos dados e dificulta a comunicação dos resultados. Portanto, nas suas ferramentas de monitoramento ODS, a SDSN limita o número de indicadores a aproximadamente 100.
- **Dados atualizados que permitam um monitoramento constante:** É essencial que os dados sejam recentes e atualizados para ser úteis. O monitoramento ODS deve avaliar o desempenho com uma periodicidade anual para se alinhar com os processos de planejamento e orçamento nacionais.
- **Validade estatística:** Os indicadores têm que ser alinhados com as normas internacionais e melhores práticas para facilitar a análise comparativa. Sempre que

possível, indicadores devem ser consistentes com os sistemas de contas nacionais, sistemas de contabilidade ambiental e outras formas de informações baseadas em sistemas públicos oficiais e acessíveis ao cidadão.

- **Cobertura de dados:** Um indicador deve dispor de dados para a maioria das observações. A SDSN mantém um limiar mínimo de 80% das observações para considerar um indicador, ou seja, cada indicador deve conter dados em 80% das cidades. Uma cobertura ampla de dados evita o viés de dados ausentes.
- **Indicadores simples com implicações para políticas públicas:** Os indicadores devem ser simples e fáceis de interpretar e comunicar, e devem ter implicações claras para as políticas públicas. Evitam-se os indicadores que não têm relação com os processos de política pública.
- **Indicadores normativos:** Os indicadores precisam ter uma direção determinada, ou seja, estabelecerem parâmetros que permitam interpretar o resultado como “bom” ou “ruim”, como ascendente ou descendente. Desse modo, possibilitam identificar a distância do município para atingir as metas ODS. Portanto, é importante evitar indicadores descritivos (qualitativos) para os quais não é possível estabelecer um valor-alvo. É preferível acompanhar os resultados e não os meios (por exemplo, a presença ou não de políticas públicas).

Tabela B: Indicadores incluídos no IDSC-BR

ODS	Indicador
1	Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais (%)
1	Pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo (%)
2	Obesidade infantil (%)
2	Baixo peso ao nascer (%)
2	Desnutrição infantil (%)
2	Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF (%)
2	Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica (%)
3	Cobertura de vacinas (%)
3	Detecção de hepatite ABC (100 mil habitantes)
3	Leitos hospitalares (mil habitantes)
3	Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) (mil nascidas vivas)
3	Mortalidade materna (mil nascidos vivos)
3	Mortalidade na infância (crianças menores de 5 anos de idade) (mil nascidas vivas)
3	Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias) (mil nascidas vivas)
3	Mortalidade por Aids (100 mil habitantes)
3	Incidência de dengue (100 mil habitantes)
3	Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (100 mil habitantes)
3	Orçamento municipal para a saúde (R\$/capita)

3	População atendida por equipes de saúde da família (%)
3	Pré-natal insuficiente (%)
3	Unidades Básicas de Saúde (mil habitantes)
3	Mortes no trânsito (100 mil habitantes)
3	Equipamentos esportivos (100 mil habitantes)
3	Expectativa de vida ao nascer (anos)
3	Gravidez na adolescência (%)
3	Incidência de tuberculose (100 mil habitantes)
4	Acesso à internet nas escolas dos ensinos fundamental (%)
4	Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência (%)
4	Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado (%)
4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais (IN)
4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais (IN)
4	Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade (%)
4	Professores com formação em nível superior - Educação Infantil - rede pública (%)
4	Professores com formação em nível superior - Ensino Fundamental - rede pública (%)
4	Professores com formação em nível superior - Ensino Médio - rede pública (%)
4	Acesso à internet nas escolas dos ensinos médio (%)
4	Prova Brasil - Língua portuguesa - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede municipal (IN)
4	Prova Brasil - Língua portuguesa - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - rede municipal (IN)
4	Prova Brasil - Matemática - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede municipal (IN)
4	Prova Brasil - Matemática - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - rede municipal (IN)
4	Razão entre o número de alunos e professores na pré-escola (Taxa)
4	Razão entre o número de alunos e professores no ensino fundamental (Taxa)
4	Razão entre o número de alunos e professores no ensino médio (Taxa)
4	Adequação idade/ano no Ensino Fundamental (Taxa)
4	Analfabetismo na população com 15 anos ou mais (%)
4	Centros culturais, casas e espaços de cultura (100 mil habitantes)
4	Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola (%)
5	Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)
5	Presença de vereadoras na Câmara Municipal (%)
5	Desigualdade de salário por sexo (salário de mulheres / salário de homens)
5	Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham (p.p.)
5	Taxa de feminicídio (100 mil mulheres)
6	Perda de água (IN)
6	População atendida com serviço de água (%)
6	População atendida com esgotamento sanitário (%)
6	População atendida com coleta domiciliar (%)
6	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (100 mil habitantes)

7	Domicílios com acesso à energia elétrica (%)
8	PIB per capita (R\$ per capita)
8	População Ocupada entre 5 e 17 anos (%)
8	Desemprego (Taxa)
8	Desemprego de jovens (Taxa)
8	Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)
8	Ocupação das pessoas com 16 anos de idade ou mais (Taxa)
9	Investimento público em infraestrutura como proporção do PIB (%)
9	Participação dos empregos em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia (%)
10	Renda municipal detida pelos 20% mais pobres (%)
10	Coeficiente de Gini (IN)
10	Risco relativo de homicídios (negros/ não negros)
10	Acesso a equipamentos a atenção básica de saúde
10	Razão do rendimento médio real (negros/não negros)
10	Percentual da população de assentamentos subnormais que é negra (%)
11	População residente em aglomerados subnormais (%)
11	Domicílios em favelas (%)
11	Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora (%)
12	Resíduos domiciliar per capita (Ton / Hab / Ano)
12	População atendida com coleta seletiva (%)
13	Emissões de CO ₂ e per capita
13	Percentual do município desflorestado (%)
14	Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos (%)
15	Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável (%)
16	Homicídio juvenil (100 mil habitantes)
16	Mortes por agressão (100 mil habitantes)
16	Mortes por armas de fogo (100 mil habitantes)
16	Taxa de homicídio (100 mil habitantes)
16	Violência contra a população LGBTQI+ (100 mil habitantes)
17	Investimento público (R\$ per capita)
17	Total de receitas arrecadadas (%)

MÉTODO PARA CONSTRUIR O IDSC-BR

O método para construir o IDSC-BR consiste em três etapas. Primeiro, corrigem-se os valores atípicos, ou *outliers*, no extremo baixo da distribuição. Em segundo lugar, reescalam-se os dados para garantir a comparabilidade entre os indicadores, utilizando os valores-alvo de desempenho (*leia mais abaixo, no item D*). Em terceiro lugar, agregam-se os indicadores dentro de cada ODS e, finalmente, os objetivos para calcular a pontuação do IDSC-BR.

Normalização

Para que os indicadores sejam comparáveis, cada variável foi reescalada de 0 a 100, em que 0 indica o pior desempenho e 100, o desempenho ótimo. O processo de reescalar dados é geralmente muito sensível aos limites de normalização e valores atípicos dos extremos da distribuição. Os *outliers* podem influenciar de modo inadequado a normalização dos dados e, por isso, precisam ser excluídos. Assim, a escolha de limites pode afetar a classificação relativa dos municípios no índice.

O limite superior (valor-alvo) foi determinado de acordo com os seguintes critérios:

- A) **Usar os limiares quantitativos absolutos descritos nos ODS e nas metas** (por exemplo, igualdade de gênero, pobreza zero, acesso universal à água e ao saneamento).

- B) **Quando não existe uma meta clara, estabelecer o limite superior para acesso universal ou privação zero para os indicadores seguintes:**
 1. Medidas de pobreza extrema. Por exemplo: Prevalência da desnutrição em crianças (%): Limite superior = 0
 2. Cobertura de serviços públicos. Por exemplo: Demanda de planejamento familiar satisfeita por métodos modernos (%): Limite superior = 100
 3. Acesso à infraestrutura básica. Por exemplo: Acesso à água potável (%): Limite superior = 100

- C) **Quando existem metas baseadas em estudos científicos, usá-las para o limite superior.**

Por exemplo: Emissões de CO₂ do setor energético; limite superior = 0

- D) **Para os outros indicadores, usar a média dos municípios com o melhor desempenho.**

Neste caso, foi utilizada a média dos cinco melhores municípios. Quando pertinente, foram excluídos os *outliers* para calcular esta média.

Estes critérios estabelecem os valores-alvo para os indicadores dos ODS como ambiciosos e enfatizam aqueles em que os municípios estão longe da meta. Os dados foram ajustados para que todos aqueles valores que superaram o valor-alvo recebessem uma pontuação de 100, e valores abaixo do limite inferior, uma pontuação de 0.

Para reduzir o efeito dos *outliers*, que podem distorcer os resultados de um índice composto, o JRC aconselha ajustar os dados ao percentil 2,5 como valor mínimo de normalização, contanto que não inclua valores que fazem parte da distribuição normal. Em algumas situações, o percentil 2,5 pode conter *outliers* e valores que fazem parte da distribuição normal dos dados. Quando foram identificados *outliers* explícitos, escolheu-se um valor intermediário entre o *outlier* e a distribuição normal.

Uma vez estabelecidos os limites superiores e inferiores, as variáveis entre 0 e 100 foram reescaladas usando a fórmula min-max abaixo:

$$x' = \frac{x - \min(x)}{\max(x) - \min(x)} * 100$$

Na equação, x é o valor bruto; \min & \max indicam os limites inferiores e superiores respectivamente; e x' é o valor normalizado.

A normalização garantiu que todas as variáveis reescaladas fossem expressas como ascendentes (ou seja, os valores mais altos denotam melhor desempenho) ou descendentes (quando o menor valor denota o melhor desempenho). Assim, os dados reescalados são fáceis de interpretar e comparar entre todos os indicadores. A interpretação dos valores normalizados pode ser feita da seguinte forma, por exemplo: um município que recebe uma pontuação de 50 em um indicador se encontra a meio caminho para atingir o valor ótimo.

Ponderação e Agregação

Os 17 ODS foram ponderados igualmente, o que reflete o compromisso de lidar com os objetivos como um conjunto “integrado e indivisível”. Isso implica que, para melhorar a sua pontuação no índice, os municípios precisam prestar muita atenção em todos os objetivos.

Para computar o IDSC-BR, calculam-se pontuações para cada um dos 17 objetivos, usando a média aritmética de todos os indicadores daquele ODS. A média dessas pontuações produz o resultado expresso pelo índice.

MÉTODO PARA CONSTRUIR O PAINEL ODS

Limiares quantitativos adicionais foram introduzidos para cada indicador, a fim de agrupar os municípios em uma tabela do tipo “semáforo”. A agregação dos indicadores de um ODS resulta em uma avaliação geral para cada objetivo e cada município.

Limiares para classificação final de cada indicador

Para avaliar o progresso dos municípios em um indicador, consideram-se quatro intervalos. O verde tem como limite superior o valor-alvo para cada indicador e, como limite inferior, o “limiar verde,” valor a partir do qual se considera que o município atingiu o cumprimento dos ODS. Três intervalos (amarelo, laranja e vermelho) denotam uma distância crescente do cumprimento do objetivo. O intervalo vermelho faz uso do mesmo limite inferior do IDSC-BR.

Se estabeleceram limiares usando técnicas estatísticas e com eventual apoio de especialistas. Os limiares são expressos em valores absolutos e se aplicam a todos os municípios.

Ponderação e agregação

Usar a média aritmética de todos os indicadores, atribuindo o mesmo peso para cada um deles, pode esconder áreas prioritárias quando o município apresentar um bom desempenho na maioria dos indicadores, mas tiver um ou dois desafios particulares. Esse fenômeno chama a atenção para a questão da substituíbilidade ou compensação nos índices compostos. Para lidar com essa questão, os Painéis ODS utilizam só os dois piores indicadores em cada objetivo.

Calcula-se a avaliação média dos dois piores indicadores para se obter as avaliações agregadas para cada objetivo. Para este fim, os indicadores foram primeiramente reescalados de 0 a 3, em que 0 indica o pior desempenho (o limite inferior); 1 indica o limiar vermelho que separa o intervalo vermelho do intervalo laranja; 2 indica o limiar verde que separa o intervalo amarelo e o intervalo verde; e 3 indica o desempenho ótimo e corresponde ao limite superior. O limiar laranja/amarelo corresponde ao valor médio entre os limiares verdes e vermelhos. Para todos os indicadores, cada intervalo é linearmente contínuo, mas a escala inteira não é linear entre os intervalos.

Em seguida, calcula-se a média das duas variáveis reescaladas nas quais um município tinha o pior desempenho, de modo a obter a avaliação para o objetivo. Uma regra adicional foi aplicada, em que, para obter uma avaliação verde ao nível do objetivo, todos os indicadores deveriam ser verdes. Caso não cumpra esta condição, o objetivo recebe uma avaliação amarela. Da mesma forma, uma avaliação foi considerada como vermelha apenas quando os dois piores indicadores foram vermelhos. Nos casos em que um município apresentou um valor para apenas um indicador em um objetivo, a avaliação daquele indicador determinou a avaliação para o objetivo. Caso um município apresentasse menos de 50% dos indicadores para um objetivo, a avaliação foi considerada cinza por falta de dados.

Tabela C : Limiares quantitativos e valores-alvo

ODS	Indicador	Valor-alvo	Limiar verde	Limiar vermelho	Limite inferior
1	Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais (%)	98	85	65	50
1	Pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo (%)	0.2	1.5	6	11
2	Obesidade infantil (%)	0.2	4	12	19
2	Baixo peso ao nascer (%)	0	6	11	13
2	Desnutrição infantil (%)	0	1	3	5
2	Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF (%)	100	75	55	6
2	Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica (%)	20	7	2	0
3	Cobertura de vacinas (%)	100	95	60	40
3	Detecção de hepatite ABC (100 mil habitantes)	0	10	40	70

3	Leitos hospitalares (mil habitantes)	13	5	2	1
3	Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) (mil nascidas vivas)	0	12	18	40
3	Mortalidade materna (mil nascidos vivos)	0	3	25	40
3	Mortalidade na infância (crianças menores de 5 anos de idade) (mil nascidas vivas)	0	25	50	130
3	Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias) (mil nascidas vivas)	0	12	18	40
3	Mortalidade por Aids (100 mil habitantes)	0	30	100	173
3	Incidência de dengue (100 mil habitantes)	0	1200	2400	6000
3	Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (100 mil habitantes)	60	240	460	600
3	Orçamento municipal para a saúde (R\$/capita)	2800	1150	450	340
3	População atendida por equipes de saúde da família (%)	40	25	0.6	0
3	Pré-natal insuficiente (%)	3	12	38	56
3	Unidades Básicas de Saúde (mil habitantes)	12	6	3	0
3	Mortes no trânsito (100 mil habitantes)	0	2	35	55
3	Equipamentos esportivos (100 mil habitantes)	20	15	3	0
3	Expectativa de vida ao nascer (anos)	78	76	70	60
3	Gravidez na adolescência (%)	2.5	5	15	21
3	Incidência de tuberculose (100 mil habitantes)	0	6	60	150
4	Acesso à internet nas escolas dos ensinos fundamental (%)	100	95	75	20
4	Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência (%)	100	60	10	0
4	Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado (%)	100	45	10	0
4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais (IN)	10	6	3.5	3
4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais (IN)	10	7	5	4
4	Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade (%)	100	70	42	5
4	Professores com formação em nível superior - Educação Infantil - rede pública (%)	100	90	70	40
4	Professores com formação em nível superior - Ensino Fundamental - rede pública (%)	100	96	86	65

4	Professores com formação em nível superior - Ensino Médio - rede pública (%)	100	98	90	80
4	Acesso à internet nas escolas dos ensinos médio (%)	100	98	90	50
4	Prova Brasil - Língua portuguesa - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede municipal (IN)	325	270	240	220
4	Prova Brasil - Língua portuguesa - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - rede municipal (IN)	325	230	200	175
4	Prova Brasil - Matemática - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede municipal (IN)	400	250	200	185
4	Prova Brasil - Matemática - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - rede municipal (IN)	400	275	240	220
4	Razão entre o número de alunos e professores na pré-escola (Taxa)	10	12	22	28
4	Razão entre o número de alunos e professores no ensino fundamental (Taxa)	12	15	24	28
4	Razão entre o número de alunos e professores no ensino médio (Taxa)	15	16	26	35
4	Adequação idade/ano no Ensino Fundamental (Taxa)	0	12	30	48
4	Analfabetismo na população com 15 anos ou mais (%)	0	3	17	30
4	Centros culturais, casas e espaços de cultura (100 mil habitantes)	120	30	4	0
4	Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola (%)	100	95	85	75
5	Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)	10	15	40	46
5	Presença de vereadoras na Câmara Municipal (%)	50	50	40	30
5	Desigualdade de salário por sexo (salário de mulheres / salário de homens)	1	0.9	0.6	0.5
5	Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham (p.p.)	0	1	13	25
5	Taxa de feminicídio (100 mil mulheres)	0	1	2	3
6	Perda de água (IN)	0	18	40	50
6	População atendida com serviço de água (%)	100	85	53	0

6	População atendida com esgotamento sanitário (%)	100	70	50	0
6	População atendida com coleta domiciliar (%)	100	80	60	0
6	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (100 mil habitantes)	0	60	200	850
7	Domicílios com acesso à energia elétrica (%)	100	99	90	80
8	PIB per capita (R\$ per capita)	56000	38000	23000	7300
8	População Ocupada entre 5 e 17 anos (%)	3	6	20	32
8	Desemprego (Taxa)	0.5	4	11	17
8	Desemprego de jovens (Taxa)	1	5	17	26
8	Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)	4	12	30	36
8	Ocupação das pessoas com 16 anos de idade ou mais (Taxa)	80	76	45	40
9	Investimento público em infraestrutura como proporção do PIB (%)	15	10	5	0.6
9	Participação dos empregos em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia (%)	55	35	10	0
10	Renda municipal detida pelos 20% mais pobres (%)	20	10	7	1.5
10	Coeficiente de Gini (IN)	0.275	0.3	0.4	0.63
10	Risco relativo de homicídios (negros/ não negros)	1	1.5	10	20
10	Acesso a equipamentos a atenção básica de saúde	0	2	30	100
10	Razão do rendimento médio real (negros/não negros)	1	0.85	0.5	0.3
10	Percentual da população de assentamentos subnormais que é negra (%)	0	1	5	27
11	População residente em aglomerados subnormais (%)	0	0.8	5	22
11	Domicílios em favelas (%)	0	0.02	0.06	0.3
11	Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora (%)	0	5	15	35
12	Resíduos domiciliar per capita (Ton / Hab / Ano)	1	1.5	2	3.2
12	População atendida com coleta seletiva (%)	100	70	60	0
13	Emissões de CO ₂ e per capita	0	2	4	20

13	Percentual do município desflorestado (%)	0	0.05	0.5	1.5
14	Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos (%)	100	70	40	0
15	Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável (%)	70	40	10	0
16	Homicídio juvenil (100 mil habitantes)	0	0.5	4	22
16	Mortes por agressão (100 mil habitantes)	0	0.5	3.2	10
16	Mortes por armas de fogo (100 mil habitantes)	0	0.25	1	1.5
16	Taxa de homicídio (100 mil habitantes)	0.3	1.5	3	38
16	Violência contra a população LGBTQI+ (100 mil habitantes)	0	0.5	6	18
17	Investimento público (R\$ per capita)	1000	500	200	50
17	Total de receitas arrecadadas (%)	50	25	4	2